

A PROCURA DE UMA “ESCOLA HISTÓRICA LATINO-AMERICANA”

Prof. Dr. Alberto Vivar Flores* (alberto_vivarflores@hotmail.com)

Universidade Federal de Alagoas

Resumo: A entrada em cena do fenômeno da Globalização e do Neoliberalismo levantou, no século XXI, uma velha questão: Existe uma História Universal? Latino-América, com os valores da Modernidade/Pós-modernidade, vem tomando consciência de que vive um processo histórico indo-afro-latino-americano, o qual exige a elaboração de uma historiografia conforme com a sua originalidade. Nesse sentido, vozes, como a de Enrique Domingo Dussel, afirmam que é necessário escrever com a consciência crítica “de dar origem a uma ‘Escola histórica’ em nosso continente cultural”. Pelo que ao Brasil se refere, Nelson Werneck Sodré já dizia, “chegamos a uma situação tão miserável em termos de compreensão do Brasil, que o melhor é recorrer a certas fontes e abandonar totalmente as interpretações correntes”. A nossa pesquisa gira em torno da tentativa de criação dessa, a nós necessária, “Escola Histórica Latino-Americana”.

Palavras-chave: Latino-américa, historiografia, originalidade.

I - Esclarecimento de Termos

1.1 – Quando Marx e Engels, em 1845, afirmam: “*Conhecemos apenas uma ciência, a ciência da História*” (1998:107), também, de saída, sublinham o acontecimento fundamental de seu ponto de partida, ao dizer: “... *somos obrigados a começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto de toda a História, ou seja, de que todos os homens devem ter condições de viver para poder ‘fazer a História’. Mas, para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, morar, vestir-se e algumas outras coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma*”

condição fundamental de toda a História que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida.” (1998:21).

Rigorosamente falando, dentre os sentidos possíveis atribuídos à palavra “História”, esse seria o primeiro: a *Geschichte*, a realidade histórica enquanto conjunto de fenômenos pelos quais se manifestou, se manifesta ou se manifestará a vida da Humanidade. Assim, de maneira primordial, a História é a realidade da vida humana (*lebenswelt*), é transformação, é movimento não apenas evolutivo, mas revolucionário. E precisamente por ser um movimento revolucionário é que pode afirmar-se, originariamente, da História que seja a ciência da vida da Humanidade. Máxime quando, sem nos considerarmos de todo hegelianos concordamos com o pensamento de Hegel ao afirmar que “*todo o humano é humano por e tão somente por ser produzido pelo pensar.*” (1988:69).

1.2 – Ora, o que fazer com essa “materialidade” da História? *A primeira coisa a fazer, em qualquer concepção histórica* – dizem-nos Marx e Engels – *éobservar esse fato fundamental com todo o seu significado e em toda a sua extensão e dar-lhe o lugar a que tem direito* (1998:22). Quer dizer, situá-lo num processo cultural cuja duração encontra-se delimitada por um espaço e por um tempo determinados, com vistas não apenas a representar esse processo de atividade vital (o qual seria outro dos sentidos possíveis atribuídos à palavra “História”, isto é o de *Historie*: o conhecimento histórico propriamente dito, expresso no variado material historiográfico) senão para alicerçar o ser histórico da Humanidade enquanto capacidade de assumir sua específica consciência histórica. Pois possuir uma consciência histórica, entre outras coisas, significa conhecer as transformações por que passou e ainda passa a sociedade em que se vive; significa, finalmente, saber ocupar seu lugar como digno representante da Humanidade no Cosmo.

Para esta árdua, mas nobre, tarefa é convocado o ser humano que se atreve a desempenhar o ofício de Historiador, quer dizer, aquele que consome sua vida na perplexa atividade de reter os acontecimentos através de sua escrita e de seu registro.

II - A Originalidade da História do Continente Americano

2.1 – A originalidade da vida humana, isto é, a originalidade da história do Continente Americano *revela-se e expressa-se, de modo eminente, em sua maneira de viver a História, forjar suas obras e encarar-se com a tarefa de pensar* (MAYZ VALLENILLA, 1969:107). Por trás de tudo isso, resulta que a experiência histórica que tem o homem americano acusa marcantes diferenças com as tradicionais e ancestrais experiências históricas que têm tido os homens de outros tempos e culturas; uma vez que, parafraseando a Octávio Paz (1993:235), o latino-americano não é uma essência, mas uma história.

2.2 – Vista a História do Continente Americano desde um horizonte de compreensão linear, pode-se dizer que, embora a História Humana tenha começado na Suméria, atravessado a Época Antiga e a Medieval e, chegando em 1453 à Época Moderna – na qual o ano de 1492 marca a descoberta, invasão, conquista, colonização e integração dialética da América Indígena aos faustosos acontecimentos do nascimento da Modernidade –, o Continente Americano não se encontrava simplesmente na “Pré-Modernidade” (porque em nosso Continente não houve propriamente Feudalismo), tampouco era “Anti-Moderno” ou, como se costuma dizer agora, “Pós-Moderno” – *Não podemos ser Pós-Modernos* – alerta-nos Enrique Dussel – *“no meio da fome, da miséria e da necessidade de lutar pela vida de um povo oprimido”* (1992:47) –. Desde logo, isso não quer dizer que desconheçamos o fato de que, ao final do Século XV, *“a Modernidade aparece quando a Europa se afirma como ‘centro’ de uma História Mundial que inaugura, e por isso a ‘periferia’ é parte de sua própria definição”* (DUSSEL, 1993:7). Precisamente pelo contrário, porque o levamos em consideração é que nos atrevemos a afirmar que *“nunca fomos ‘modernos’: sempre sofremos a ‘modernidade’”* (DUSSEL, 1992:48). E se a Modernidade eurocêntrica caracteriza-se, na História Mundial, como um conceito de emancipação racional; pelo que diz respeito ao Continente Americano, em particular, e ao que, até 1989, chamava-se de Terceiro Mundo, em geral, deve-se-lhe acrescentar uma dimensão de “irracionalidade” na sua justificação da violência exercida contra os

outros, os quais, não por estar “fora” da Modernidade são bárbaros ou irracionais: “*Não somos o irracional*” – afirma Dussel – “*somos a parte dominada e explorada*” (DUSSEL, 1992:48).

2.3 – Nesse sentido, se, por uma parte, é verdade que a “*Descoberta da América, a circunavegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia nascente*” (MARX-ENGELS, 1998:67); também é verdade, por outra, que “*a burguesia desempenhou na História um papel extremamente revolucionário*” (MARX-ENGELS, 1990:68). Assim sendo, contemporâneos da Modernidade, justo é dizer que os habitantes do Continente Americano somos filhos das revoluções modernas ou, para melhor dizer, burguesas, incluída nelas a Revolução Francesa (14 de julho de 1789) com sua gloriosa Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão (26 de agosto de 1789). Porém, engana-se quem queira ver em tal declaração a consumação do Liberalismo Radical que, de certo modo, lhe deu origem: “*A revolução burguesa foi algo bem diferente do que muitos teóricos liberais contemporâneos se empenham em crer*” (BORON, 1994:97). Pois, apesar de que sem as mobilizações populares, suas conquistas democráticas não teriam sido possíveis, no processo de democratização da Humanidade “*a Constituição democrática surgida da Revolução Francesa ficou como letra morta desde o começo até o fim de sua breve existência*” (BORON, 1994:96), aparecendo, no seu lugar, “*um Estado liberal, sempre fundado em uma base eleitoral sumamente estreita que as lutas populares obrigaram a ampliar*” (BORON, 1994:97).

Além do mais, a progressiva penetração do Capitalismo na periferia da economia mundial, ingenuamente conceituada, às vezes, de “*sociedade pré-capitalista*”, favoreceu o surgimento de uma *lumpenburguesia* e a instalação de regimes ditatoriais e repressivos que, ao invés de criarem um projeto social original para suas sociedades, a partir dos movimentos de independência, preocuparam-se mais por mostrar o verdadeiro rosto de um mundo comandado pela burguesia internacional, isto é, a terrível experiência de um capitalismo selvagem e, em conseqüência, a impossível conciliação entre as promessas da Democracia e a crua realidade do Capitalismo. Daí, que tenha razão Hegel quando, no primeiro terço do século XIX, recém-nascida a América Latina, conceitue a História Latino-americana como “*uma contínua revolução*” (1986:173), ou Fals Borda, em 1968, ano da

efervescência revolucionária, a qualifique, amargamente, de uma série de “*revoluções interrompidas*” (1981).

2.4 – Essa é, pois, no entanto, companheiros, a História original de Nossa América. Original porque feita por um pequeno gênero humano no qual confluem matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas, *que se enfrentam e se fundem para dar lugar a um ‘povo novo’* (RIBEIRO, 1995:19). Original porque, como dizia Simon Bolívar, “*não somos índios nem europeus, senão uma espécie média entre os legítimos proprietários do país e os usurpadores...: em suma, sendo nós americanos por nascimento e nossos direitos os da Europa, temos que disputar estes aos do país e que manter-nos nele contra a invasão dos invasores*” (BOLÍVAR, 1968:25). Assim, nos encontramos na situação mais extraordinária e complicada. Original porque ao sermos colonizados e explorados pelo processo atropelador do Capitalismo, agora na fase da Globalização e do Neoliberalismo, constituímos uma experiência histórico-antropológica distinta na História Mundial: “*a experiência da alteridade*” (DUSSEL, 1991:36). Uma Alteridade “*negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores; mas afirmada no anelo de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos por sua humanidade roubada*” (FREIRE, 1977:30).

III - A Originalidade da “História Viva” e a Historiografia no Continente Americano

3.1 – Diante dessa experiência histórica original no Continente americano, caberia perguntar: Como se tem construído a Historiografia com relação a essa inédita História viva?

Desde logo, aqui não se pretende responder a tal questão simplesmente dizendo que, “*com raras exceções, sua interpretação é feita pelas classes dominantes*” (CHIAVENATO, 1988:5) e, em consequência, “*nos livros de História o povo quase nunca aparece*” (idem) ou, ideologicamente, deixam transparecer “*que são os ‘grandes homens’, os ‘heróis’ e os ‘santos’ que lutam pelas massas, pois elas são incapazes de entender a grande política*” (idem).

Também não tentaremos responder a ela percorrendo apenas o longo processo de formação da Historiografia hispano-luso-latino-americana, cujo início

começa, em alguns casos, com os testemunhos indígenas conhecidos como *A Visão dos Vencidos* (LEÓN-PORTILLA, 1998); em outros, arbitrariamente, com os denominados *Diários da Descoberta da América* (COLOMBO. 2001) ou, como no Brasil, com a famosa *Carta de Pero Vaz de Caminha* (CASTRO. 2000); continua com o período denominado de *Crônicas históricas* (1500-1838); atravessa o período inaugurado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com sua valorização do Documento (1838-1931); chegando até nossos dias (IGLÉSIAS. 2000) com a influência marcante da *Escola dos Annales* (BURKE. 1991) e seus desdobramentos na chama *Nova História* (LE GOFF. 1990).

Tampouco queremos oferecer como resposta uma mera constatação da carência de sentido da desfeita *História Universal*, paradoxalmente perdida no labirinto de uma *História em Migalhas* (DOSSE. 1992), “*hoje , quando se abrange número bem maior de povos e civilizações, quando quase se pode falar que todos os povos são atingidos pelo conhecimento que se tem*” (IGLÉSIAS. 1981:18).

3.2 – Enfim, nos resulta um tanto fora de argumentação, quando procuramos responder à pergunta colocada, alegar, por exemplo, em defesa da Historiografia *ad usum* acontecimentos epocais tipo “*a morte do Homem*” (FOUCAULT. 1988:381-422), quer dizer, “*esse estranho ser ainda com aspecto humano, mas já convertido em engrenagem de uma gigantesca maquinaria anônima*” (SABATOb. 2000:19), onde – segundo o registro de Max Scheler – “*não sabe mais o que é, mas ao mesmo tempo ele também sabe que não o sabe*” (1986:74). Por outras palavras, a incisiva influência da tão propagada tese de que “*a História é um processo sem sujeito e nem fim (ns)*” (ALTHUSSER, 1973:75-81).

E resulta-nos carente de força argumentativa, não porque desconhecemos os estragos ocasionados por essa tese, junto à tese sustentada de “*A Miséria do Historicismo*” (POPPER. 1972), no interior da triturada Filosofia da História; mas porque, além do desafio historiográfico lançado pela pergunta, o que verdadeiramente nos desafia é essa História viva feita por milhões de seres humanos que “*sobrevivem heroicamente na miséria... Podemos vê-los descendo dos trens, dos ônibus, após desumanas jornadas de trabalho, ou desolados quando não o tem. Podemos vê-los nas mulheres gastas aos trinta anos pelos filhos e pela premência de trabalhar em troca de salários miseráveis. Nos meninos de rua, nos velhos que dormem nas galerias do metrô. Em todos os homens abandonados ao sofrimento e a sua indigência*” (SABATOa.2000:158).

3.3 – São, sem dúvida, milhões de homens e mulheres simples lutando e resistindo dia-a-dia; *“você mesmo pode constatá-lo”* – disse-nos Ernesto Sabato – *“ao ver esses homens e mulheres que se levantam a altas horas da madrugada e saem para procurar um emprego, trabalhando no que podem para alimentar seus filhos e sustentar honestamente a família, por modesta que seja”* (Idem, p. 161).

Para nós, é no tecido dessa vida cotidiana que se filtra a procura de algum sentido permeado de dignidade e justiça. Porque, para nós, *“todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido”* (MARTINS. 2000:11).

3.4 – Das entranhas, pois, dessa vida cotidiana é que surge nosso maior desafio quando queremos responder à pergunta: Como se tem construído a Historiografia com relação a essa inédita *História viva*?

Respondemos francamente: Com muita infidelidade! Uma vez que nosso pretenso entendimento científico dela *está distorcido e limitado por um conceitualismo descabido que transplanta interpretações de realidades sociais que são outras, distantes e diferentes, que nos tornam estrangeiros em face do que realmente somos e vivemos* (Idem, p.12). Nesse sentido, *“Fazer História Nova hoje”* – nos disse, em 1993, Joel Rufino dos Santos – *“seria trocar as construções abstratas e generalizantes por uma História encarnada”* (1993:19).

IV - Latino-América vive! Um desafio para o historiador latino americano

4.1 – Daí que nosso imediato e urgente desafio ante uma *História viva* latino-americana não seja apenas um mero escrever uma obra histórica, mas o de *“dar origem a uma ‘escola histórica’ em nosso continente cultural”* (DUSSEL. In: HOORNAERT.1995:39); o qual não significa, desde nenhum ponto de vista, a absurda pretensão de abandonar ou minimizar as contribuições dos historiadores de outros continentes, mas, isto sim, aproveitar *“criativamente suas contribuições à realidade americana em pró de uma teoria que dê conta da nossa particular evolução”* (VITALE. 1992:15). Tal teoria, porém se verdadeiramente nossa, só poderá surgir *“do estudo da nossa própria realidade e evolução histórica, fundamentada em uma epistemologia específica e em um novo método de análise”* (Idem: 12).

4.2 – Assim sendo, tudo isso implica, também, em um esforço honesto por dar sentido ao processo histórico latino-americano, quer dizer, em passar – embora não esteja muito em moda – de uma simples Teoria da História para a elaboração de uma Filosofia da História.

Porque, assim como *“é impossível pensar em um homem que não seja também filósofo, que não pense, já que o pensar é próprio do homem como tal”* (GRAMSCI. 1987:35); assim, também, resulta que, por paradoxal que possa parecer, *“a negação da racionalidade da História, ou seja, a negação de sua unidade e do seu sentido, a rigor, se confunde com a negação da racionalidade do próprio homem, autor e espectador, ao mesmo tempo, da peripécia histórica”* (CORBISIER. 1978:179).

Mas, mesmo que assim parecesse, quer dizer, que a tragédia, comédia ou drama da História Universal assemelhasse um evidente absurdo, da nossa parte pensamos que *“só é possível tomar consciência do absurdo e qualificá-lo como tal em função de um confronto com o não absurdo, pois se tudo fosse absurdo nada seria absurdo”* (Idem: 179). Portanto, ante a sentença do absurdo que paira sobre a História nos atrevemos a afirmar: *“A consciência do absurdo, e a sua determinação, ou definição, consistem em transcendê-lo, transcendência essa que pressupõe como ponto de referência, ou parâmetro, a racionalidade, a coerência, o sentido”* (Idem: 179-180).

4.3 – Nesse sentido – valha a redundância –, e no caso específico do processo histórico latino-americano, queremos pensar que o sentido profundo que exorciza o absurdo imposto à História na América Latina, lhe vem dado pela práxis generosa daqueles que, *“proibidos de ser”*, decidiram-se a *“transformar o sofrimento de ‘não ser’ no sofrimento que a luta ‘por ser’ lhes impõe. Enquanto o primeiro constitui uma forma de aniquilamento, o segundo se converte na esperança que os move”* (FREIRE. 1978: 129-130).

Tal movimento, desde logo, é o próprio movimento da vida; e como disse Antonio Gramsci, *“a única filosofia é a História em ato, ou seja, a própria vida”* (1987:44).

